



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO ETNODESENVOLVIMENTO**

**MARIA DO CARMO MARQUES DOS SANTOS**

**MAPEAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO  
COTIDIANO EXTRATIVISTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CALENDARIO  
LETIVO E DIFERENCIADO PARA ADOÇÃO NA COMUNIDADE BOM JESUS.**

**Altamira  
Maio de 2020**

MARIA DO CARMO MARQUES DOS SANTOS

**MAPEAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO COTIDIANO  
EXTRATIVISTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CALENDARIO LETIVO E  
DIFERENCIADO PARA ADOÇÃO NA COMUNIDADE BOM JESUS**

Monografia apresentada à Faculdade de Etnodiversidade do Campus  
Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará-UFGPA,  
como requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel e  
Licenciado em Etnodesenvolvimento.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup>. Mr<sup>a</sup> Bianca Araújo

Altamira  
2020

MARIA DO CARMO MARQUES DOS SANTOS

**MAPEAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO  
COTIDIANO EXTRATIVISTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CALENDARIO  
LETIVO E DIFERENCIADO PARA ADOÇÃO NA COMUNIDADE BOM JESUS**

Monografia apresentada à Faculdade de Etnodiversidade do Campus  
Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará-UFPA, como  
requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em  
Etnodesenvolvimento.

Aprovado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Mr<sup>a</sup> Bianca Araújo Orientadora UFPA

---

Nome com titulação e instituição a qual pertence

---

Nome com titulação e instituição a qual pertence

Aos meus pais,

Jose Miranda (in memoria) Raimunda marques, meu irmão Sergio,

Benedito, meu avô Hotacilio Marques, meu esposo Antônio Maria.

## AGRADECIMENTOS

O Deus, autor da vida, que em sua infinita misericórdia me permitiu percorrer o caminho que escolhi por me dar forças e segurar em minhas mãos em todos os momentos de minha vida.

A minha mãe, Raimunda Marques, por todo apoio, amor, carinho e paciência ao longo desses anos da graduação.

Ao meu irmão Sergio Benedito, e meu avô Hotacilio pelo carinho e contribuição financeira para me manter no curso, gratidão.

As minhas irmãs do coração Maria do Livramento, Maria Domingas e Darlene Alves por me acompanhar durante as pesquisas dos Tempos Comunitários, o apoio, amor, carinho, compreensão e disponibilidade de vocês me fizeram acreditar que sempre podemos ser melhor a cada dia, muito obrigada.

A minha querida orientadora Professora Mr.<sup>a</sup> Bianca Araújo, esta pessoa de uma calma e docilidade admirável, pela confiança paciência, dedicação e compromisso na preciosa orientação neste trabalho, meu muito obrigada.

A Faculdade de Etnodiversidade, por ter proporcionado formação acadêmica de nível superior para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que até pouco tempo esta realidade parecia remota.

A minha comunidade de pertença, Bom Jesus, por todo carinho, apoio e disponibilidade de seus membros em me acolher em suas residências e juntos trabalhamos na construção deste sonho, minha formação em nível superior.

Ao meu amado esposo Antonio Maria que segurou minha mão nos momentos mais difíceis ao longo dessa trajetória que ficou acordado comigo várias noites de leituras e trabalhos sua experiência de vida contribuiu muito com a minha formação.

Aos queridos amigos Benaion, Gilfran, Jovanildo, Águeda, Deise, Conce, Bia, Jessica Ribeiro Dayane, Ana Laíde, Adriano, Delma e Daniela levarei para sempre o amor, carinho e apoio que recebi de vocês em meio a momentos turbulentos.

A Vanilce Gomes, Alberis Gomes e Jagilton Rodrigues, meus companheiros de morada dos cinco primeiros períodos do curso, obrigada pelas conversas, paciência, amizade e companheirismo, meu sincero agradecimento.

As famílias que me hospedou nos três últimos períodos Leide Cleia Ferreira, Alex Trindade, Augusto, Selma Aragão e Fatima Pires obrigada pelo conforto e paciência.

Aos professores do curso de Etnodesenvolvimento, por toda dedicação, empenho, comprometimento em partilhar seus saberes e aos diversos professores colaboradores que contribuíram para que esse sonho se concretizasse, meu muito obrigado.

A casa familiar rural de breves na pessoa dos coordenadores Giovane Couto Adjalma Ramos, Edmeire Sá e Jiovandro Serrão e todo o corpo docente da escola agradecer o apoio e compressão por terem permitido os meus estágios, e através deles poder contribuir com a educação dos alunos desta tão querida instituição meu muito obrigado.

E agradeço a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste sonho.

## RESUMO

Neste trabalho busco desenvolver o plano de ação juntamente com a comunidade Bom Jesus, localizada na Reserva Extrativista do Mapuá, plano este que tem como objetivo de realizar o Mapeamento e catalogação das atividades realizadas no cotidiano extrativista para a construção de um calendário letivo e diferenciado para adoção na comunidade Bom Jesus tendo como fundamentos básicos a pesquisa com enfoque nas práticas tradicionais buscando relacionar todo esse conhecimento a partir da pedagogia da alternância. Realizamos um preâmbulo histórico do arquipélago do Marajó, do Município de Breves e posteriormente, das atividades extrativistas realizadas dentro da comunidade, imbuídos desse olhar sobre a realidade, a pedagogia desenvolvida neste trabalho tenta mediar o conhecimento científico com os saberes das populações tradicionais, carregados de identidade, de natureza e de cultura reuni educação, identidade, saberes, florestas, rios, agroecologia, beleza, tristezas, metodologias, amigos, irmãos e tantas outras palavras que surgem como temas gerados das vivências das pessoas que fazem essa história.

**Palavras-chave:** Calendário, Extrativismo, Educação, Agroecologia. Prática Pedagógicas, Resex, Marajó florestas.

## **1.0 Memorial de Vida.**

Chamo-me, Maria do Carmo Marques dos Santos tenho 29 anos, extrativista nascida no rio Mapuá município de Breves – PA a primeira de dois filhos de Jose Miranda dos Santos e Raimunda Lopes Marques ambos extrativistas, porém meu pai já é falecido. Tenho vivências e faço parte do conselho deliberativo da Reserva Extrativista ocupando o cargo de vice tesoureira. Sou extrativista no sentido de viver e praticar, ou seja, desenvolver atividades extrativistas e fazer parte desse grupo de pertencimento que respeita e cuida da natureza, realizando sua conservação. Ao mesmo tempo é nossa identidade e cultura que faz parte de nossa realidade. Ser extrativista é vida, vida essa interligada diretamente nas atividades de extrativismo da qual tiramos a sustentabilidade das famílias, como as atividades produtivas do açaí, mandioca, sementes e frutos, entre outros. E, por isso, que temos conhecimentos relevantes para a sociedade e meio ambiente.

Iniciei os estudos de educação infantil e fundamental na escola Bom Jesus nesse período não existia transporte escolar, então para chegar à escola utilizávamos a canoa (casco). Hoje continuamos utilizando a canoa em nossas comunidades, mas com outras funções, pois faz parte de nossa realidade e cultura. Na atualidade já existe o transporte escolar que foi conquistado por representantes locais e de outras regiões. Enfrentei vários desafios para concluir o ensino fundamental, e com muita luta e determinação consegui concluir em 2009, pois o desejo e vontade de vencer sempre é significativo e aprendemos a cada dia.

Depois de ter concluído o Ensino Fundamental, em 2009, a escola da comunidade ainda não ofertavam o Ensino Médio, e como minha família não tinha condições financeiras para proporcionar a minha moradia na cidade fiquei um ano sem estudar em sala de aula. Porém, continuei produzindo conhecimentos, aprendendo no e com o território as vivências e práticas que envolvem nossa diversidade. Pois, existem diversas formas de aprendermos e produzirmos conhecimentos e uma delas é o contato com a natureza e sua pluralidade em que estamos envolvidos. Retornei às atividades no Ensino Médio em 2011 na Casa Familiar Rural de Breves, tendo como proposta a interdisciplinaridade e a pedagogia da alternância, na qual ficávamos 15 dias na escola e 15 dias em nossos lotes, realizando estudos e pesquisas em relação à comunidade. Estudei o Médio integrado ao curso Técnico em Floresta e conclui essa etapa em 2013. A partir dos estudos na referida escola de ensino médio, que trabalha de certa forma a realidade local, é que passei a conhecer de maneira mais ampla e significativa as famílias locais, histórias da comunidade e principalmente nossos saberes.

Ao concluir o Ensino Médio, o desejo e vontade sempre foi fazer graduação na Universidade Pública, como a Universidade Federal do Pará (UFPA). Tentei por três vezes pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas não fui aprovado, pois, esse sistema universaliza, de modo geral, os estudantes da cidade como do campo. Então encontramos dificuldades, considerando a clara diferenças entre as realidades. E muitas vezes a população do campo não recebe o cuidado e respeito necessário no contexto educacional.

Então argumento pelas diversas experiências na minha trajetória de vida e da minha comunidade de pertença que sou do campo e na vivência acadêmica venho reforçar que somos todos capazes e sou mais um entre diversos outros estudantes do campo cursando graduação em Instituições Públicas. Ressaltando que os investimentos educacionais são feitos em grande proporção nas cidades e as escolas do campo são esquecidas pela gestão.

Em 2016 fui aprovado no PSE (Processo Seletivo Especial) do Curso de Etnodesenvolvimento Licenciatura e Bacharel UFPA (Universidade Federal do Pará) Campus de Soure. As vivências que tive no decorrer desse processo de formação enriqueceram significativamente minha formação, pois sabemos das lutas constantes que temos que enfrentar no dia a dia, ser mulher nesse país é algo desafiador e principalmente se mulher negra pobre e ribeirinha e mais complicado ainda ter que conviver com as piadas de mau gosto ser assediada quando passa na rua lutar contra o preconceito das pessoas, contra a violência que na maioria das vezes começa dentro de casa é por isso que são poucas as mulheres da zona rural que buscam ingressar em uma universidade a maioria prefere ser escravas dos maridos, porque não tem apoio da família para lutar por um futuro melhor, varias vezes pensei em desistir, dos meus sonhos porque eu não tinha condições de pagar uma faculdade particular, não tinha emprego, mais mesmo assim, mais minha família me apoiou e aqui estou eu concluindo meu curso, trago aqui a experiência enriquecedora, significado e saberes que nos fortalecem ao falarmos, escrevermos de nós mesmos enquanto estudantes, pesquisadores e profissionais da educação. É grandioso você estar no meio acadêmico e estudar, viver, dialogar com sua realidade, pois vivemos a cada dia a diversidade que compõe e existem em nossas localidades. As relações que temos com a natureza e sua conservação e com os conhecimentos científicos complementamos ainda mais.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. ETNODESENVOLVIMENTO E POLITICAS PUBLICAS:.....	13
3. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, DO MUNICÍPIO DE BREVES E DA COMUNIDADE BOM JESUS RESEX MAPUÁ.....	16
4. MAPEAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO COTIDIANO EXTRATIVISTA NA COMUNIDADE BOM JESUS.....	18
4.1 Extrativismo vegetal.....	22
5. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.....	32
6. JUSTIFICATIVA: .....	32
7. OBJETIVOS .....	34
7.1 objetivo geral.....	34
7.2 Objetivos específicos; .....	34
8. METAS .....	34
10. RECURSOS FINANCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO. .....	35
11. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES: .....	35
CAPITULO 1º .....	36
Educação/Transmissão do conhecimento.....	36
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS: .....	38
REFERENCIAS.....	39

## 1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da universidade federal do Pará (UFPA) é fruto das atividades desenvolvidas ao longo do curso em discussão consultiva, propositiva e deliberativa junto a minha Comunidade de pertença, que parte da problematização da realidade desta e do diálogo efetivo entre conhecimento acadêmico e conhecimento tradicional. Em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o trabalho de conclusão de curso (TCC) é um projeto com planejamento de intervenção junto com as comunidades de pertença dos discentes, nesse aspecto, o Tema é escolhido coletivamente no seio das respectivas Comunidades. Para chegarmos a este tema “*mapeamento e catalogação das atividades realizadas no cotidiano extrativista para a construção de um calendário letivo e diferenciado para adoção na comunidade Bom Jesus*” a discente convocou uma reunião com a comunidade e propôs os três temas que mais foram questionados durante os quatro anos de pesquisa dentro da comunidade, os três temas foram discutidos entre os membros e depois foi realizada a votação e com a maioria dos votos ficou o tema citado acima para o projeto de intervenção.

Esta proposta do projeto de (TCC) foi planejada e debatida durante as etapas presenciais do curso, tempo universidade (TU) e nas pesquisas do tempo comunidade (TC) essas etapas vão além das atividades curriculares e políticas de pesquisas e extensão do curso que visam integrar os trabalhos dos discentes aos interesses coletivo de cada comunidade. O TCC, na modalidade projeto de intervenção, será realizado por mim, Maria do Carmo Marques dos Santos em minha comunidade de pertença, a comunidade extrativista tradicional Bom Jesus, localizada em uma Área de conservação de uso comum denominada Reserva Extrativista Mapuá localizada no município de Breves ilha do Marajó Pará.

O curso é voltado para lideranças de povos indígenas, quilombolas, e representantes de comunidades tradicionais (extrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares), Movimento Negro e atingidos por barragem. E objetiva o desenvolvimento das habilidades e competências dos acadêmicos nos espaços de discussões e tomadas de decisões. As atividades curriculares do curso são norteadas a partir da Pedagogia da alternância, Tempo Universidade e Tempo Comunidade, com períodos letivos Durante o TC, os discentes retornam aos grupos de pertenças para realizar as atividades previamente planejadas de ensino, pesquisa e

extensão, que são monitoradas pelos docentes da faculdade de Etnodiversidade. Além de o curso ser voltado para capacitar as lideranças das comunidades ele também busca o retorno e intervenção desses egressos para com sua pertença.

Segundo Faria (2015), o curso objetiva formar profissionais capazes de intervirem juntamente com o grupo de pertença em instâncias tanto internas quanto externas, como também no processo de elaboração de projetos que possam beneficiar as comunidades as quais os discentes pertencem.

Diante do exposto, a Graduação em Etnodesenvolvimento (Licenciatura e Bacharelado) objetiva o desenvolvimento das habilidades e competências dos acadêmicos nos espaços de discussões e tomadas de decisões. As atividades curriculares do curso são norteadas a partir da Pedagogia da alternância, sendo feito em regime seriado, Tempo Universidade e Tempo Comunidade, com períodos letivos presenciais em sala de aula e nas comunidades de pertença dos acadêmicos. Nos Tempo Universidades são dialogadas as ciências das comunidades, levantadas a partir de relatos de experiência dos próprios discentes e de dados levantados nas pesquisas dos Tempos comunidades, seguidos por eixos propostos pelo curso de Etnodesenvolvimento.

A vivência do tempo universidade tem contribuído muito para minha formação não somente acadêmica, mas tem fortalecido consideravelmente em minha formação social junto ao meu coletivo, posso falar com convicção que nós, povos dos rios e florestas, precisamos nos apropriar das riquezas de saberes que nossas comunidades possuem. Nesse percurso de pesquisa acadêmica e vivência junto ao meu grupo tive oportunidade de conhecer as problemáticas visíveis e invisíveis, existentes na comunidade, que se classificam de diferentes maneiras, sociais, econômicos e culturais. Que abarca, desde a ausência da efetivação de políticas públicas em direitos fundamentais, saúde, educação, saneamento básico, de desenvolvimento sustentável e cultural das comunidades tradicionais, dentro da perspectiva de fortalecimento do grupo buscamos olhar com mais críticas para esses fatores que nos invisibilizam.

Embora estivesse consciência dos problemas frequentes da comunidade, parecia comum não me causava nenhum estranhamento e por isso entendia que problemas eram somente os visíveis, mas, me dei conta a partir do momento das pesquisas do TC que os problemas estão além de nossos olhos, porém com essa percepção surge o compromisso de intervenção junto ao meu grupo de pertença, sendo esse um dos objetivos do curso, o retorno social para a comunidade.

Durante as pesquisas realizadas, utilizei como metodologia de pesquisa, a observação e entrevistas não estruturadas, o que facilitou o diálogo e acúmulo de informações dos interlocutores. Dessa forma, as pesquisas foram se consolidando desde os primeiros tempos comunidades até chegar ao atual momento, trabalho de conclusão do curso, que tem como Título, “Mapeamento e Catalogação as atividades desenvolvidas no cotidiano Extrativista para a construção do calendário letivo e diferenciado para adoção na comunidade Bom Jesus”.

## **2. ETNODESENVOLVIMENTO E POLITICAS PUBLICAS**

O conceito de entnodesenvolvimento se formou então como um contraponto crítico e alternativo às teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas, que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso.

Uma das principais referências na formulação do conceito de entnodesenvolvimento na América Latina é Guillermo Bonfil Batalla, que assim o definiu:

É o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento (Batalla ET al. 1982).

Em concordância com o autor é o sonho de todas as comunidades tradicionais de ter a autonomia de gerir, tomar suas próprias decisões de escolher seus governantes que de fato trabalhe para atender as necessidades, porém precisamos de uma completa revisão das políticas governamentais que até hoje tem sido adotada pelo governo para com as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas políticas essa que aliena que mata e destrói os povos, precisamos de ações efetivas que respeitem as tradições e modos de vida de cada um.

Para o autor Durante muito tempo, o sentido do termo desenvolvimento foi dado pelo grau de industrialização alcançado por uma sociedade. Sinônimo de industrialização e avanço tecnológico conotou e definiu o processo de transformação do ambiente natural com a finalidade de gerar riquezas materiais (produtos), ao mesmo tempo em que as impôs à sociedade como “necessidades”. A noção de “progresso”, que contrapõe atraso pobreza como sinônimo de nenhum ou pouco produto a moderno. Riqueza como igual à abundância de produtos ou necessidades satisfeitas, deriva dessas noções, e é a partir desse conjunto

ideológico de “conceitos” que se estabelecem os parâmetros do bem-estar social crescimento Populacional, aumento da renda *per capita*, padrão alimentar medido pelo consumo de proteínas, nível de escolarização e, sobretudo, elevado padrão de consumo.

“O entnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos sua organização social sua cultura, e é livre para negociar com o estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses” (Stavenhagen1984: 57).

Para o autor os povos têm direito de escolher de que forma viver, sua cultura seus costume de realizar sua auto sustentabilidade de discutir junto com o estado em busca de qualidade de vida, de educação adequada para seus filhos, a ideia de entnodesenvolvimento já vem sendo desenvolvida pelas nossas comunidades a muito tempo através dos etnoconhecimentos das plantas das atividades extrativistas que compõem o nosso modo de vida tradicional, mais por outro lado deixamos passar despercebidos tantas coisas boas que acontecem dentro de nossas comunidade e começamos a dar mais valor para tudo o que vem de fora deixando de lado tudo o que aprendemos ao longo do tempo e com isso acabamos dando espaço e ficamos vulneráveis ao sistema que só quer nos destruir, que só visa “desenvolvimento sustentável” desenvolvimento esse que não nos traz benefício, mais sim o genocídio para as nossas comunidades.

Como já sabemos que o cenário político brasileiro vem sendo marcado nas ultimas duas décadas por diversas mudanças que de certa forma tem contribuído bastante para o processo de democratização dos estados e das politicas publicas e sociais, e também tem estreitado uma boa relação com a sociedade, mais tudo isso é graças à constituição de 88 que inovou significativamente ao instituir espaço de participação e intervenção popular nas politicas sociais exercido pela população e viabilizado por meio da participação de organizações representativas nos conselhos deliberativos, dentre outras formas (BULLA e LEAL, 2006). A partir de então a participação social vem se tornando um dos princípios organizativos nos processos de formação de politicas publicas e de deliberação em escala local. (MILANI, 2008).

Na minha percepção é obrigação do estado organizar a sociedade e assumir o compromisso com a vida da população, mais para DALLARI, 2007; e DIAS, 2008 “um bom governo implica duas coisas: primeiro a fidelidade a seu objetivo, que é a felicidade do povo; segundo, um conhecimento dos meios que permitem alcançar melhor este objetivo”. Em outros termos, a finalidade do governo é proporcionar o bem comum ao seu povo. No entanto, a proporcionalização do bem comum induz ao Estado a necessidade de se estruturar

de uma forma adaptável às suas necessidades. Esta estruturação pode se dar na forma unitária ou federativa.

Por isso quando pensamos em políticas públicas temos que ter em mente que são inúmeras as políticas começando desde o direito a vida a educação saúde transporte saneamento básico, a cota nas universidades pública entre outras e entender que para cada estado ou município essas políticas são desenvolvidas de formas diferentes a partir do ponto de vista de cada administrador, mais quando se pensa em política pública para povos e comunidades tradicionais têm inúmeros fatores a serem levados em consideração, como o modo de vida a cultura as tradições e partir daí se pensar em projeto social que de fato beneficie as comunidades, que poder executivo procure uma forma de dialogar com as necessidades e anseios da população como sugere Silva.

A concepção de controle social requer ainda um maior esclarecimento para poder superar limitações que impedem um exercício democrático. Isto significa afirmar que será possível chegar a um momento em que este controle se efetivará sem sofrer embates, pois isto seria negar as contradições que constituem uma sociedade capitalista pluralista. Entretanto, nos marcos da sociedade atual, é necessário descobrir como transformar espaços institucionalizados em possibilidades cada vez maiores de construção, expressão e defesa de um projeto ético-político (SILVA et al., 2009, p.263).

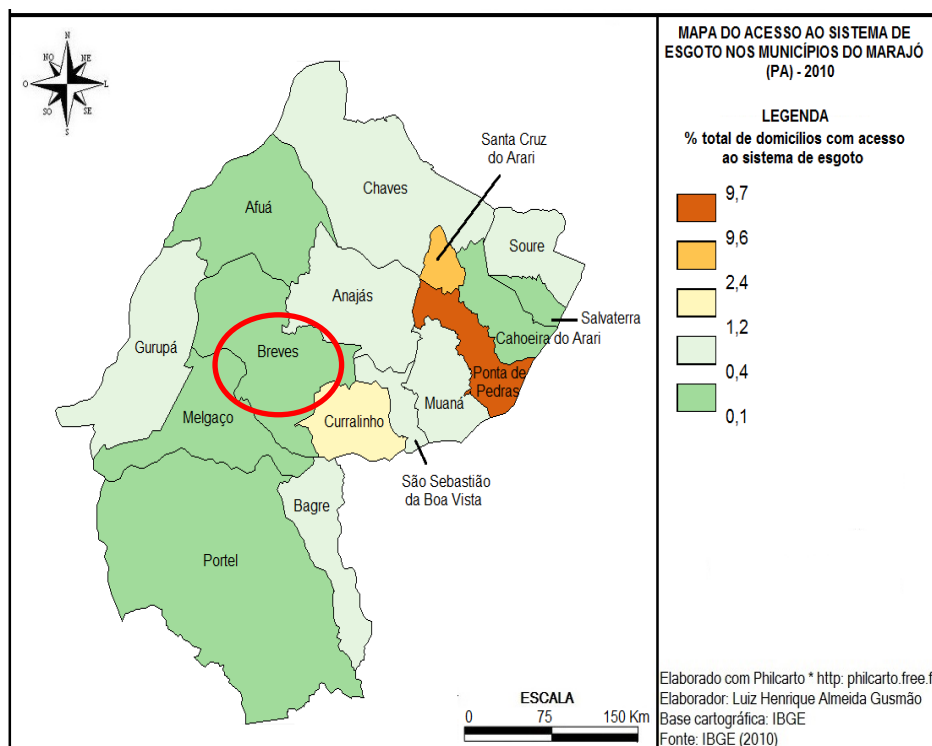
Percebemos que ao longo do tempo tivemos algumas conquistas com as políticas públicas e sociais como bolsa família, auxílio maternidade, benefício de prestação continuada o trabalho doméstico de carteira assinada às cotas nas universidades através da política de ação afirmativa além das cotas o acesso dos extrativistas quilombolas e indígenas as universidades aumentaram consideravelmente no decorrer dos anos o que prova que as ações e informações estão chegando dentro das comunidades, não podemos esquecer o trabalho social que as associações desenvolvem levando água potável moradia incentivo na agricultura familiar para as comunidades, através de projetos sociais financiados pelo governo federal.

Conforme, (Gohn, p. 7), os conselhos gestores podem ser entendidos como “canais de participação que articulam com representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”. Entretanto muitas vezes esses gestores acabam passando por cima das leis e desviando os recursos destinados a tais projetos, também os órgãos de fiscalização deixam muito a desejar no cumprimento de suas atividades, se deixam subornar e fazer vista grossa nas irregularidades que acontece dentro do município seja por parte do poder executivo ou no setor privado.

### 3. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, DO MUNICÍPIO DE BREVES E DA COMUNIDADE BOM JESUS RESEX MAPUÁ.

Segundo o Grupo Executivo do Estado do Pará (2007), Marajó, em tupi significa barreira do mar e está situado no estado do Pará. Constitui-se numa das mais ricas regiões do país, no que diz respeito aos recursos hídricos e biológicos. O arquipélago é formado por um conjunto de ilhas que juntas formam a maior ilha flúvio-marítima do mundo, com uma área de 49.606 Km<sup>2</sup>. O arquipélago é composto de dezesseis municípios que formam a mesorregião geográfica do Marajó. A mesorregião é dividida em três microrregiões geográficas: a do Arari, com os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure; Furos de Breves, com os municípios de Afuá, Anajás, Breves, Currealinho e São Sebastião da Boa Vista; Portel, com os municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. Os municípios que compõem a microrregião do Arari e dos furos de Breves estão inseridos dentro da ilha, e os município da microrregião de Portel, estão no arquipélago.

**Figura 01** Mapa do território Marajoara. IBGE 2010



**Fonte:** IBGE 2010

De acordo com o Grupo Executivo do Estado Do Pará (2007), desde o período colonial, a região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma

cíclica e periódica, com sucessivas fases de prosperidade e depressão, baseadas principalmente no comportamento da pecuária e do extrativismo. Sendo o arquipélago do Marajó uma região rica em produtos naturais, a economia marajoara se baseava na exploração e coleta de produtos, como a da coleta da borracha, da castanha do Pará, da madeira das sementes e da pesca, somente a agricultura era desenvolvida como atividade exclusiva para o consumo da população local. As populações eram completamente dependentes das atividades extrativistas e isso determinou a localização desse povo, que contavam com mais de 42.000 mil habitantes, os quais se dispersavam durante a safra da borracha, as habitações, localizavam-se geralmente nas confluências dos rios e igarapés. Com o fim do ciclo da borracha muitos desses trabalhadores se fixaram nesses locais, dando início as comunidades e assentamentos que conhecemos hoje.

No levantamento feito pelo Grupo Executivo do Estado Do Pará (2007), diz que nos dias atuais, a população que descende dos povos indígenas e negros, os quais foram os ascendentes da atual população, luta para permanecer em seus territórios ocupados centenariamente estima-se que hoje o numero de habitantes no município de breves esteja acima de 100 mil incluindo zona rural e urbana, Os ribeirinhos, extrativista e pescadores se distribuem ao longo dos rios, igarapés e praias presentes no arquipélago.

A mesorregião de Marajó compreende seis unidades federais, com uma área total de 726.653 hectares, correspondentes a 7% da área total do Arquipélago. Todas estão incluídas no grupo de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UCs), que tem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com a exploração sustentável de parcela dos recursos naturais.

Segundo o Grupo Executivo do Estado Do Pará (2007) <sup>1</sup>, existem na mesorregião do Marajó, territórios de uso coletivo, como a Floresta Nacional; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reservas Extrativistas (RESEXs). Além dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), que é uma modalidade de projeto que se afirma como opção natural para as áreas dotadas de riquezas extrativistas, de modo particular na Amazônia e ou em áreas que necessitam de uma proteção especial. Os PAEs são modalidades de assentamentos que tem o foco principal nas especificidades ecológicas que possa contribuir com o desenvolvimento das atividades extrativistas, para que as populações que possam morar nestas localidades tenham um modo de vida autossustentável, sem interferir sobre os

ecossistemas em uso e assegurando a manutenção das condições naturais neles predominante.<sup>1</sup>

Ainda de acordo com o Grupo Executivo do Estado do Pará (2007), no arquipélago do Marajó, no ano de 2006, foram criados 35 PAEs, divididos em 08 municípios, com um total de 138.931,272 há para atender 2.653 tradicionais, sendo que 2.363 famílias contam na Relação de Beneficiários (RB), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/Belém – PA, sendo que no município de Breves, existem 22 PAEs.

#### **4. MAPEAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO COTIDIANO EXTRATIVISTA NA COMUNIDADE BOM JESUS.**

As atividades extrativistas desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais baseiam-se na extração dos recursos naturais, recursos esses vindo da floresta do rio e do solo, que são usados para comercialização e consumo familiar, essas atividades se definem em extração vegetal, animal e mineral, como mostra a seguir as informações obtidas através de dados coletados no período de pesquisas dos tempos comunidades.

A atividade do extrativismo vegetal está vinculada à extração de produtos e subprodutos oriundos de plantas, tais como seivas, folhas, ervas, madeiras, frutos, cascas de tronco entre outros, atividade essa que são desenvolvidas, pelos extrativistas nas mais diversas comunidades da ilha do Marajó principalmente na região norte, na floresta Amazônica é extraído madeiras, castanha-do-pará, látex da seringueira, açaí e muitos outros, além do nordeste que extrai carnaúba e babaçu, as ervas seivas e casca é comum ser usado pelos ribeirinhos na medicina tradicional para cura de certas doenças, já o açaí é consumido por todos como elemento principal nas refeições, mais também é comercializado gerando renda para as famílias, assim como a madeira que é comercializada mais também muito utilizada para construir as casas dos moradores.

---

<sup>1</sup> O grupo executivo do estado do Pará refere-se ao plano de desenvolvimento territorial sustentável para o arquipélago do Marajó, documento esse que contem dados sobre educação, saúde cultura, transporte, meio ambiente, contexto demográfico, fundiário censitário, histórico de ocupação e utilização da região, atividades produtivas e sustentáveis.

A atividade extrativista de cunho animal executa a pesca e a caça, de animais silvestres como jacaré, paca, veado, tatu, porco do mato, jabuti, tartaruga, macaco entre outros, esse costume de nos alimentar da carne animal vem desde os nossos ancestrais indígenas que muito antes da civilização sobreviviam apenas da natureza, e até os dias atuais continuamos mantendo nossos costumes. Porém obedecendo às regras estabelecidas por nos moradores da unidades de conservação Resex Mapuá em um documento construído chamado de plano de uso sustentável que neste especifica a quantidade de caça que cada família pode capturar durante a semana, e quais são as proibidas por estarem em extinção que é o tamanduá a anta o peixe boi e a onça, o plano serve tanto para caça e pesca como para a extração da madeira e seus derivados.

A pesca é realizada o ano todo exceto nos meses de janeiro fevereiro e março que é o período do defeso, neste período é proibido à captura de qualquer espécie de pescado e marisco, pois eles estão no período de reprodução, para compensar essa atividade cada pescador recebe um recurso do instituto nacional de seguridade social (INSS) no valor de quatro mil e quinhentos reais para arcar com as despesas no período em que a pesca esta suspensa, porém caso for encontrado qualquer pessoa pescando no período de reprodução dos peixes esta pessoa será multada e terá seus apetrechos de pesca confiscado, pois para o IBAMA configura atividade ilegal no período do defeso, apesar de possui uma grande riqueza em litorais e rios.

As atividades extrativista de cunho mineral consiste extrair os recursos de origem mineral, que são encontrados no subsolo, nessa modalidade a execução é chamada de garimpo, pois se desenvolve de forma tradicional com equipamentos rudimentares, em território brasileiro essa atividade acontece nas margens dos rios e córregos, especialmente na região norte e centro-oeste, onde são comumente extraídas, sobretudo, pedras preciosas como ouro, diamantes, esmeralda entre outros minérios. Porém esta atividade é muito perigosa e também conflitante pois geralmente os locais que se encontra tais garimpos são em terras indígenas quilombolas e áreas de conservação onde é proibido por lei tais atividades dentro destas áreas, o que causa muita morte de lideranças pois os garimpeiros não respeitam as leis e acabam entrando em conflito e perseguição com as comunidades locais.

Para entender como funciona a dinâmica das atividades extrativistas realizadas dentro da comunidade Bom Jesus, observamos abaixo a descrição de cada uma delas a partir dos dados coletados para o relatório do segundo tempo comunidade.

Nas roças planta-se maniva de mandioca, maniva de macaxeira, melancia, maxixe, milho, banana, e jerimum. Para plantar todos esses derivados da roça é preciso roçar uma área de capoeira ou mata virgem, depois de roçado espera secar por 10 dias e logo em seguida derruba as árvores grossas em pedaços pequenos e deixa secar, esse processo de secagem varia de acordo com o período do verão, se tiver fazendo muito sol com 30 dias já está no ponto para queimar, mas se tiver chovendo muito demora mais um pouco, depois de queimada coloca um convidado ou siríaca que é quando os homens se reúnem a partir das 3 horas para retirar os resíduos que o fogo não queimou ou fazer outros trabalhos.

Nesse intervalo já tira a haste da maniva pra fazer a plantação, que é colocado outro convidado que conta com a participação das mulheres. Após esse processo entre 8 a 15 dias já começa a nascer. Depois de dois meses começa o processo chamado de capina que é a limpeza das ervas daninhas para não dificultar o desenvolvimento da planta. Feito esse processo, espera quatro meses para a colheita do milho, da melancia, do maxixe, uma vez que todos eles foram plantados juntos, já a maniva de mandioca dependendo da espécie varia de seis meses a um ano para começar a produzir farinha, a macaxeira a partir dos seis meses já está boa para comer cozida, assada, frita e o bolo.

**Figura 02** - cultivo de mandioca.



**Fonte:** Acervo Sergio Marques (2019).

Para preparar a farinha pega a mandioca na roça lava, raspa com a faca e coloca de molho em um balde com capacidade entre 100 e 500 litros, com água para amolecer e com dois dias tira do balde, mistura com a mandioca dura e seiva que é o processo de trituração da mandioca para se transformar em massa, coloca na prensa e deixa sair o tucupi, depois coa na peneira que é um artesanato feito de arumã ou jacitara, e em seguida coloca no forno para escaldar e torrar em fogo leve.

**Figura 03:** colheita de aipim (macaxeira)



**Fonte:** Acervo, Sergio 2019.

A macaxeira pega na roça, tira a casca com a faca, lava e coloca pra cozinhar, pra fazer o bolo seiva ou tritura no liquidificador e mistura com os ingredientes e leva ao forno do fogão a gás para cozinhar depois de pronto toma com café ou com suco. O milho, tira na roça e cozinha e para fazer a canjica rala ou tritura no liquidificador, mistura com açúcar, manteiga e leite e leva pra cozinhar.

### Caça

Os animais mais caçados na comunidade são: paca, veado, tatu, porco do mato (caititu) cutia, jacaré, mutum, socó e preguiça real. O lugar de caçadas é nos igarapés, na varrida à noite e durante o dia na mata que é a caçada com cachorro e espingarda também usam a armadilha e o balador.

Para preparar a paca, o tatu, a cutia, o jacaré, o Mutum, o socó e a preguiça é fervida água e quando tiver quente mergulha a caça na água e retira o pelo com uma faca, depois abre, retira

o fato e lava com limão ou vinagre em seguida retalha e prepara como quiser: cozido, assado de brasa, guisado. O veado e o porco é descorado, lavado e cortado em pedaços pequenos.

#### 4.1 Extrativismo vegetal

Açaí: *Euterpe oleracea*.

Há muito tempo atrás, uma tribo indígena do Pará começou a ficar sem comida. Para diminuir o sofrimento do seu povo, o cacique mandou matar todas as crianças. Inclusive a de Iaçá sua filha. Iaçá ficou muito triste e, andando pela mata, viu a imagem de sua filha perto de uma palmeira. O cacique foi atrás de Iaçá e a encontrou abraçada na planta que estava cheia de pequenos frutos pretos. O cacique preparou um “vinho” com aquela fruta e levou pra para sua tribo para matar a fome. Para homenagear a palmeira que até hoje alimenta seu povo, o cacique inverteu o nome de sua filha Iaçá e chamou a palmeira de açaí. Livro frutíferas e plantas uteis na vida amazônica. Pág.- 171. Açaí: *Euterpe oleracea*.

Nos meses de maio a setembro nós extrativistas, temos o hábito de acordar cedo e pegar a canoa ou a rabetas e sair às margens do rio e igarapés para coletar o açaí, para vender e para tomar como parte da alimentação. Para coletar o açaí é necessário ter um facão, uma peconha feita de saca de fibra, ou de folha da própria palmeira, razas ou paneiros feitos de talas de arumã ou de jacitara, depois de tirar o açaí da palmeira debulha, cata e leva pra casa.

Para preparar o vinho, coloca água em uma panela pra esquentar, em seguida coloca os frutos em uma bacia e mistura água fria com água quente e deixa de molho os frutos, espera entre 5 a 10 minutos pra amolecer, depois de molhe, derrama a água quente, e lava com água fria e leva pra máquina para bater ou amassa no alguidar de barro e coa com a peneira feita de arumã. Dele pode ser aproveitado tudo, desde a palmeira até o caroço.

**Figura 04:** fruto do açaí manejado



**Fonte:** Foto acervo pessoal 2019.

Do fruto se faz o delicioso vinho, a polpa congelada, o sorvete, o Chopp, o picolé o mingau e o óleo que serve para fazer loção, hidratante corporal, sabonete, enfim é muito procurado por empresas de Cosméticos. O palmito serve de alimento tanto in natura quanto cozido, também como remédio para cortes ou picada de cobras, espreme a seiva do palmito em cima do ferimento para estancar o sangue e o veneno da cobra. A folha serve para fazer peconha e adubo, o caroço quando seco serve para fazer biojoias e ele podre serve como adubo para hortas caseiras. O tronco serve para fazer construções rurais como ripa, esteio, e também é dele que é feito o maçarã - armadilha que serve para pegar o peixe. A raiz serve para fazer chá contra hemorragia, o cacho serve de vassoura para limpar o quintal, adubo, e queimado serve como repelente para espantar carapanã e maruim.

Bacaba: *Oenocarpus bacaba*

**Figura 05:** fruto da bacaba



**Fonte:** foto acervo Sergio 2019.

Para coletar a bacaba precisa de facão, peconha e um paneiro grande, para preparar o vinho coloca os frutos de molho em água quente e espera amolecer, depois derrama a água quente e coloca água fria e deixa por um tempo pra depois poder amassar, dizem os mais velhos que se amassar ela quente o vinho fica qualhado. O vinho serve de alimento, fica mais gostoso quando ele está azedo para comer com carne ou peixe assado ou fazer o mingau de

arroz ou de farinha e mistura. Também podemos extrair o óleo, depois dos frutos estarem molhe amasse e coe em uma peneira, depois coloque em uma panela com água e coloque para ferver, quando a massa tiver quente coloque no tipiti e esprema para sair o óleo. Se você não quiser usar o tipiti retire o óleo que boia em cima da água com a colher no momento da fervura.

Patauá: *Oenocarpus bataua*.

**Figura 06:** fruto do Patauá



**Fonte:** foto acervo Sergio 2019.

Para coletar o Patauá não é diferente do açai e da bacaba, precisa de facão, peconha e panela, para preparar o vinho deixa os frutos amolecerem na água quente, depois de molhe lava na água fria e amassa no alguidar ou bate na máquina despulpadora. Segundo os mais velhos, se você amassar o Patauá com medo a mão fica cheia de espinho. Também não é diferente da bacaba, serve de complemento nas refeições. O óleo que é muito procurado para fazer remédios para tuberculose, asma e outros problemas respiratórios, utilizamos para fritar peixe e substitui o azeite de oliva nas saladas já que tem aromas e texturas iguais. Para extrair o óleo, você tem que ferver a borra do Patauá e esperar o óleo boiar com a fervura e retira com a concha. Dizem que na época de frutificação do patauazeiro os índios kayapó ficam mais bonitos e saudáveis. Livro frutíferas e plantas uteis na vida amazônica pag.205

Buruti: *Mauritia flexuosa*

“Entre as variadas espécies de palmeira da Amazônia, o buriti é das que apresentam mais elegantes e belos espécimes. O buriti é de linhas tão nobres e tão poéticas no seu todo que entre elas se salienta”. A. Lustosa, arcebispo do Pará. Livro frutíferas e plantas uteis na vida amazônica. Pg187

**Figura 07:** fruto do buriti



**Fonte:** foto cervo Sergio 2019.

O buritizeiro é uma das maiores palmeiras da Amazônia que oferece um fruto nutritivo, gostoso e importante para pessoas e animais. A coleta do buriti se dá de duas formas, ajuntado em baixo da árvore ou tirando os cachos mas lembrando que a segunda opção não é muito recomendado porque tem que derrubar a árvore. Para amolecer coloque os frutos em um tambor ou lata com água morna e cubra com folha verde de açaí ou de banana e coloque em fogo leve por 4 a 5 horas sem mexer até ele amolecer. Retire do tambor os frutos quando eles estiverem bem molhe e raspe com uma colher e ai está pronto para comer com farinha. Para extrair o óleo raspe a massa com a colher e coloque na água para esquentar em fogo brando e quando o óleo começar a subir retire com uma concha.

O buriti não é diferente das outras palmeiras dele pode ser aproveitado tudo a semente serve para fazer bi joias e para produção de álcool combustível, o óleo serve para fritar peixe fabricar cosmético e, é rico em vitamina A, e serve para curar infecções. As folhas serve para confeccionar artesanatos como cestos, cordas, cintos, bolsas, esteiras, chapéu, tipiti, e paneiro. O pecíolo ou braço como os artesões costumam chamar fornecem um material leve e macio utilizado na confecção de brinquedos, rolha de garrafa e gaiola de passarinho. Estipe ou tronco é usado na construção de pontes e por causa de sua propriedade flutuante é muito utilizado para transportar madeira.

Andiroba: *Carapa guianensis*

A andirobeira é uma espécie madeireira muito procurada no mercado de uso múltiplo, tanto comercial como medicinal podendo ser aproveitado para o óleo, casca, medicinal e madeira. A semente da andiroba fornece o óleo medicinal mais utilizado na Amazônia e principalmente no Pará.

**Figura 08:** Arvore e semente da Andiroba



**Fonte:** foto acervo Sergio 2019.

A casca serve para fazer chá contra febre, verme, tumores e para lavar ferimentos. A madeira tem um sabor amargo e, é oleaginosa por isso não é atacada por cupim nem pelo turu tem um alto valor comercial por sua qualidade na construção de casas moveis e para exportações, um metro<sup>3</sup> de andiroba chega a ser vendido até 200 reais aqui nas cerrarias do município para exportar um metro<sup>3</sup> varia de 500 a 800 reais. Por isso está cada vez mais difícil encontrar árvores de andiroba nas colocações. Dela também pode ser aproveitado a Sapopemba que serve para fazer remos.

O óleo é muito usado para curar lesões, inchaço, reumatismo, para cicatrizar cordão umbilical, para mexer a garganta de criança quando está com gripe e também serve para os

adultos. Entre todas essas utilidades medicinais o óleo também é muito procurado pelas indústrias de cosméticos.

Existem duas maneiras para extrair o óleo de andiroba; uma delas é feita na sombra chama-se “azeite de tábua”. O óleo que sai desse processo é chamado “óleo virgem” porque é bem limpinho é considerado o melhor óleo. O outro processo chama-se azeite de sol que é mais rápido e menos desgastante mas ambos começam da mesma forma.

Ajunte as sementes em baixo da árvore ou na água da maré, depois coloque para cozinhar até amolecer quando estiverem moles quebre algumas e verifique com a unha se a massa está grossa e oleosa. Retire as sementes da água deixe esfriar e empalhe com folhas de açai e deixe em um lugar reservado por 30 dias, em seguida abra as sementes com a faca e retire a massa, amasse e faça bolos pequenos.

Azeite de tábua: coloque as bolinhas em um cocho feito com um pedaço de alumínio ou pedaço de madeira inclinado para o chão depois coloque um fio de algodão no fim da massa e coloque um vasilha em baixo para o óleo cair, amasse todos os dias, depois de 4 a 6 dias a massa vai ficar dura e seca e para tirar mais óleo coloque o cocho no sol por 2 horas depois amasse e coloque dentro do tipiti e esprema para sair o restante do óleo.

Azeite de sol: deixe a massa ao sol por dois dias virando-a de 2 em 2 horas durante todo o dia, no final da tarde coloque a massa para dentro de casa e faça bolinhas. Coloque as bolinhas na tábua inclinada e deixe o óleo sair no terceiro dia esquite a massa ao sol durante 3 horas e depois coloque no tipiti para sair o restante do óleo em dois dias. O azeite de sol rende mais do que o azeite de tábua, mas muitos dizem que ele perde parte do efeito medicinal nesse processo. Algumas pessoas aproveitam a massa seca para fazer sabão ou queimam como repelente para espantar carapanã e maruim.

Pracaxi: *Pentaclethra macroloba*.

**Figura 09:** semente do Pracaxi



**Fonte:** Foto acervo Sergio 2019.

O Pracaxi é uma árvore de uso medicinal muito presente em nossa região, porém não tem valor comercial, sua utilidade é somente para remédios tanto a casca quanto a semente, no período de janeiro a abril as vagens se abrem para cair a semente nos igarapés ou até mesmo no rio e o povo costuma ajuntar para extrair o óleo.

Para extrair o óleo ajunte as sementes lave e coloque no sol para enxugar, e cozinhe, depois de cozido retire a casca e pile em um pilão depois de pilado coloque em um cocho feito de alumínio ou madeira e coloque uma vasilha em baixo para o óleo escorrer também pode ser tirado no tipiti. Dizem os mais velhos que ele é muito melindroso não é toda pessoa que pode trabalhar com ele, se a mulher tiver menstruada e olhar na massa o óleo não sai. O óleo serve contra doenças do tempo contra baques picada de cobra e reumatismo. Ele é um remédio fino quando você usa não pode sair no sereno nem tomar banho. A casca serve para fazer chá para lavar ferimentos e para curar fogo selvagem.

Inajá: Maximiliana marip

**Figura 10:** palmeira e fruto do inajá



**Fonte:** foto Acervo Sergio 2019.

O inajazeiro é comum na região amazônica e principalmente no estado Pará, é uma palmeira extremamente resistente ao fogo, e geralmente ela é encontrada na terra firme em área de capoeira e pasto. Antigamente muitas casas eram cobertas com a palha do inajá, os frutos são muito apreciados pelos animais silvestres e domésticos e por isso os caçadores usam como isca para atrair as caças e captura-las o inajá serve também como alimento para humanos. Dele pode ser aproveitado a palha, o caroço, o palmito, o coarató e a tala. A palha é usado na cobertura de casas na zona rural, o caroço é usado para fazer biojoias, o palmito serve como alimento tanto para pessoas quanto para animais, o coarató ou espada do cacho é usado como recipiente para colocar água e ração para porco e galinha serve também para ornamentar eventos e tem uma durabilidade de até três meses.

### Pesca

O que, como e onde pescam e como preparam o pescado? Pesca; cará, jiju, aracu, jandiá, mandií, traíra tucunaré aruanã, pira rara, filhote jacundá e intuí, geralmente essa pratica se dá no igarapé onde é colocado o cambão que é uma vara fina com aproximadamente um metro de linha e o anzol estruvado ou encastoadado na linha como se chamar depois isca o anzol com minhoca, gafanhoto ou sarapó que é um peixe próprio para pescar, daí vai deixando os anzóis nas ribanceiras do igarapé, também pode se pescar nas margem do rio com uma linha grande. Para capturar o filhote e a pira rara tem que usar uma linha química e anzol grande e tem que colocar uma poita na ponta da linha para ela afundar, daí você isca o anzol com sarapó três vezes ao dia de manhã meio dia e a tarde.

Também tem outros apetrechos que nos utilizamos muito que é a rede de malha, o cacuri, o pari e o maçarát. Além desses tem a arte da piraqueirar à noite quando a água está seca nas noites escuras. Para preparar descama com a faca lanha e lava com limão ou vinagre daí você pode comer cozido assado frito ou moqueado. Para moquear pegue o peixe lave com limão e deixe com a escama pegue a cebolinha a farinha faça um bolinho e coloque dentro do peixe e leve ao fogo para assar de brasa.

A extração de palmito se dá somente no momento em as famílias estão realizando o manejo de açai em suas áreas, esta prática ajuda no aumento da produção do fruto do açai na safra e entre safra fazendo com que as famílias tirem seu próprio sustento desta atividade, a venda do palmito só é permitida nesta circunstância, pois o plano de uso da reserva não permite que seja uma atividade cotidiana, pois para os comunitários se derrubarem todo o açai não terá frutos para o consumo e comercialização geralmente as famílias realizam o manejo de suas áreas no final da safra entre os meses de outubro e dezembro.

O processo de extração de madeira dentro da comunidade se dá de forma artesanal somente com a força humana, pois não é permitido o uso de máquinas pesadas dentro das áreas dos comunitários esta atividade é destinada somente para os homens por ser de alto risco e exigir certa força que nos mulheres não dominamos, por isso eles adotam o sistema do convidado onde se reúnem vários grupos entre oito e quinze homens e com o auxílio de uma motosserra realizam esta atividade, que é composta por várias fases, primeiro derruba as árvores que se pretende extrair em seguida descasca a madeira, faz o chanfro e prepara a roçagem do caminho com o terçado e colocam as estacas em um espaçamento de um metro de distância uma da outra, e com o auxílio de um machado os homens arrastam essas toras de madeiras até o leito do igarapé. A segunda fase depende muito da maré porém pode ser realizada com duas ou três pessoas, que se chama emboiar a madeira e descer no igarapé até o rio onde o comprador está esperando para essa atividade precisa de toras de buriti de quatro metros cabo de náilon ou cipó e haste de açazeiro maduro, apesar de ser uma atividade muito trabalhosa e arriscada o preço pago por metro cúbico é muito pouco, varia muito de espécie para espécie, as mais procuradas são acapu, cumaru, andiroba cupiuba, Angelim, mogno, Jutáí, quaruba, maçaranduba cedro, ipê, marupá, piquiá, louro entre outras espécies, como é uma área de conservação só pode derrubar árvore acima de cento e quarenta de circunferência. Além da venda desta madeira, elas são usadas pelos ribeirinhos na construção de suas casas barcos e moveis, várias delas também é utilizado na medicina tradicional.

Pesquisadores da Embrapa criaram uma solução simples para sanar a falta de dados sobre a coleta familiar em açazais do estuário marajoara, que é feito geralmente em locais de difícil acesso, um grupo de pesquisadores, coordenado pelo engenheiro florestal Marcelino Guedes, da Embrapa do Amapá, adaptou um calendário de parede para que as próprias famílias ribeirinhas possam anotar diariamente quanto açai coletam e a quantidade consumida. A falta de dados sempre foi um desafio para os pesquisadores da área, pois apesar do aumento da comercialização do açai e da ampliação dos estudos sobre a espécie, ainda não se tinha acesso ao volume de produção dos açazais nativos e, principalmente, o quanto dessa coleta era consumida pelas famílias extrativistas.

O método recomendado pela Embrapa resulta de uma experiência realizada com agroextrativistas do estuário amazônico (ponto de encontro entre rio e mar entre os estados do Amapá e Pará), mais precisamente da ilha das cinzas município de Gurupá (PÁ) analisando os dados anotados nas folhas do calendário, a equipe observou que naquela comunidade, o consumo médio das famílias moradoras foi de 23,3% do total produzido no período de um ano e meio, em alguns casos, de famílias numerosas, o volume consumido chegou a ser maior do que o comercializado.

O Calendário Extrativista não apenas leva informações gerais até as/os extrativistas, mas de utilidade prática, como técnicas de coleta, manejo, cultivo e processamento de frutos nativos. Tudo pensado de maneira que as atividades desenvolvidas ocorram de forma sustentável. Em contrapartida, ao preencherem os calendários essas famílias geram dados sobre períodos de floração, frutificação, maturação e coleta (coordenador geral do projeto André Luiz Siqueira).

Baseado nesta experiência da Embrapa e a partir dos dados levantados nos tempos comunidades das diversas atividades extrativistas dentro da comunidade é que se pretende construir o calendário, mais não somente com o manejo de açai mais sim com todas as atividades extrativistas desenvolvidas no decorrer do ano, pois a renda gerada pelo extrativismo do açai pela pesca artesanal e agricultura familiar é o que nos junta no amor de ser marajoara é tudo que vem da mata dos rios da floresta e da terra cultivada que faz de nos extrativista que tem o cuidado de manter nossas florestas preservadas para as futuras gerações, além de contribuir com equilíbrio do ecossistema que sofre constantes transformações por parte dos grandes empreendimentos em nome do atual modelo de desenvolvimento sustentável.

## **5. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.**

A pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar. A alternância pedagógica. (alternância de tempos e espaços de formação) é uma metodologia de ensino que tem como pressuposto a flexibilização do calendário- que pode ser de acordo com as safras ou de acordo com as situações climáticas e ambientais- e na difusão dos novos conhecimentos na casa e comunidade dos alunos. A aprendizagem é acompanhada nas salas de aula e em visitas às comunidades que os professores fazem às famílias para também trocarem experiência e saberes.

Mesmo diante de tantos avanços nas leis no processo de luta dos povos ainda estamos muito distante do tão sonhado modelo de educação diferenciada que discorra pelos conceitos da pedagogia da alternância que compreenda e respeite os costumes a cultura o modo de vida das nossas comunidades que reconheça a importância dos conhecimentos tradicionais, para que a partir dessa conjuntura possamos ter liberdade de voz para escolher de que forma queremos a educação para nossos filhos e nossas comunidades, sabemos que não podemos mudar o sistema de uma hora para outra, mais podemos sim através do diálogo buscar uma nova perspectiva de educação.

Para que haja de fato as mudanças que desejamos para uma educação diferenciada e de qualidade também temos que buscar compreender a dinâmica de ensino e formação dos professores, que na maioria das vezes não condiz com a realidade das escolas da zona rural, porem não podemos cobrar somente dos professores mais também das instituições de ensino como as universidades que ate hoje não querem aderir a novos métodos de ensino como observa freire.

A formação dos educadores na realidade brasileira, vem há décadas pautando-se em modelos produtivistas e elitistas. Os cursos de formação nos níveis médio e superior perdem gradativamente, seu potencial político, filosófico e antropológico a racionalidade técnica constituída nos meios acadêmicos forma o profissional da educação. Ao educador é oferecida a competência técnica, muitas vezes insuficiente e, em grande parte baseada na universalização do processo de construção do conhecimento, quase sempre os mesmos objetivos conteúdos e clientelas de Freire (2007, p. 20)

## **6. JUSTIFICATIVA:**

A região amazônica é rica em biodiversidade, onde vivem milhares de pessoas espalhadas ao longo dos mais diversos rios, dando formação a cidades, distritos e vilas. Os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (extrativistas, pescadores, ribeirinhos, agricultores, dentre outras), estão organizados em aldeias, quilombos e comunidades tradicionais e sobrevivem dos recursos naturais advindos da floresta e das águas, de forma harmoniosa com a natureza. Fazendo um recorte especial para as populações que se denominam extrativistas, que seu sustento advém da extração de madeira coleta do açaí, da caça da pesca e da roça de mandioca e seus subprodutos como a goma o tucupi o beiju e o licor é relevante pensar na construção de um calendário que registre os períodos das tais atividades dentro da comunidade e que dê suporte nas atividades escolares.

O bem cultural ao qual se refere consiste nos saberes e modos de fazer relacionados à prática extrativista tradicionalmente realizada no território marajoara. O sistema extrativista entendido aqui abrange o cultivo nas roças de coivara itinerantes, a diversidade de plantas manejadas, o preparo dos alimentos, a cultura material associada, os arranjos produtivos locais, as redes de comercialização e os contextos de transmissão de conhecimento e de consumo alimentar que envolve expressões de música e dança. É entendido, portanto, como uma expressão cultural que possui múltiplas dimensões. O uso do termo “sistema” busca enfatizar as inter-relações entre os aspectos técnicos, ecológicos, simbólicos e sociais, em acordo com as definições apresentadas por pesquisadores, grupos de trabalhos e instituições que abordam o tema. (Salera 2008)

Considerando todo o contexto no qual vindo sendo desenvolvido o projeto de intervenção na comunidade com autonomia e autogestão dos povos tradicionais toda a nossa rica biodiversidade o nosso saber fazer das coisas, nossa cultura e religiosidade são pertinentes dialogar com autores que discutem a perspectiva de etnodesenvolvimento para que se tenha outras visões do tema como explica Gilberto Azanha (1990).

Nesse sentido, o uso da perspectiva de etnodesenvolvimento serve para pensar uma nova relação entre diferentes, tornando-se fundamental a construção de instrumentos que localizem as áreas que melhor asseguram o direito à diferença e se prestam à troca de saberes e/ou de bens entre as sociedades indígenas, os seguimentos sociais dominantes e a administração indigenista.

Gilberto Azanha situa historicamente o surgimento de conceitos como desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e Etnodesenvolvimento para discutir os novos modelos de gestão da política indigenistas implantados a partir dos anos 1990 e defender uma proposta etnodesenvolvimentista que supõe o redimensionamento do tempo produtivo dos grupos indígenas. Em sua visão, deve-se combinar a produção tradicional com uma produção voltada para o mercado, de forma a garantir a esses grupos os meios para

adquirir os bens da sociedade brasileira que eles, historicamente, passaram a considerar “necessidades básicas”. Entre outras coisas, Azanha destaca que o tempo necessário à produção para o mercado não deve comprometer as atividades normais de subsistência nem aquelas próprias às tradições de conhecimento desses grupos, residindo no balanceamento do tempo uma das possibilidades de manutenção de sua existência como grupos étnicos diferenciados.

Dialogando com os autores pode-se dizer que o projeto de intervenção desenvolvido na comunidade é uma das ações de entnodesenvolvimento partindo do pressuposto que nos povos e comunidades tradicionais tenhamos autonomia para as tomadas de decisões perante o que pode acarretar prejuízos dentro de nossos territórios.

## **7. OBJETIVOS**

### **7.1 objetivo geral**

Construir junto com a comunidade e em parceria com a secretaria de educação do município de breves o calendário extrativista de produção para adoção na escola da comunidade.

### **7.2 Objetivos específicos;**

- ✓ Explorar a realidade da educação na comunidade e a ausência de calendário adaptado;
- ✓ Catalogar as atividades extrativistas realizadas dentro da comunidade;
- ✓ Investigar acerca dos ciclos de produção do açaí na comunidade e sua influência sobre a vida escolar de crianças e adolescentes
- ✓ Construir o calendário extrativista na escola junto com a comunidade Bom Jesus;
- ✓ Discutir com a comunidade escolar as etapas de construção do calendário;

## **8. METAS**

- ✓ Identificar as famílias que irão participar do plano de intervenção;
- ✓ Construir um cronograma para as atividades do projeto por semestre juntamente com a comunidade;
- ✓ Capacitar às famílias que irão participar do plano de intervenção com realização de oficinas;
- ✓ Construir o calendário diferenciado e adaptado com as atividades extrativistas para a escola da comunidade

- ✓ Fazer avaliação semestral do projeto com a comunidade e parceiros para analisar os pontos positivos e negativos do andamento do projeto, considerando os saberes locais;
- ✓ Promover evento de encerramento do projeto.

## **9. METODOLOGIA:**

- Reunião de planejamento das atividades;
- Catalogar as atividades extrativistas realizadas dentro da comunidade;
- O plano de intervenção será desenvolvido na comunidade bom Jesus localizado na Resex Mapuá município de breves e contemplara todas as famílias da comunidade;
- Definir com a comunidade as datas para iniciar a etapa de construção do calendário;
- As oficinas de construção do plano ocorreram no centro comunitário da comunidade bom Jesus

## **10. RECURSOS FINANCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO.**

As famílias que irão participar do projeto se responsabilizaram em doar lanches e almoço durante o período de construção do plano de ação, eu como autora do projeto me responsabilizo da compra dos materiais pedagógicos necessários como caneta, papel A4, lápis a cores, cartolina, cola, fita crepe, data show, e computador. Os custos para a tiragem do calendário na gráfica será doado através da parceria firmada entre a empresa de consultoria Silva & Nascimento e a autora do projeto.

## **11. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:**

Atividades desenvolvidas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez
Catologação das atividades extrativista desenvolvida pela comunidade						X						
Reunião com pais alunos e professores e comunidade em geral para discutir a ausência do calendário adaptado							X					
Desenvolver as atividades do plano de ação								X	X	X		
Apresentação do calendário pronto											X	
Tiragem de 30 exemplares do calendário											X	
Avaliação das atividades com a comunidade												X
Evento de entrega do calendário para a comunidade												X

## CAPITULO 1°

### Educação/Transmissão do conhecimento.

Para as comunidades tradicionais educação diferenciada é quando respeita e valoriza a cultura e os saberes do território, está conectada com a realidade local e global e promove autonomia buscando qualidade de vida de forma sustentável, reconhecendo que a educação não se da somente no ambiente escolar mais também nos ambientes sociais em um dialogo constante entre educando e educador e a sociedade com os modos de vidas e costumes de cada comunidade, que seja voltada para uma formação emancipatoria com vista à autonomia dos povos tradicionais.

Pensar em educação escolar diferenciada antes de qualquer coisa é entender as diversas problemáticas no campo educacional como um todo a importância estratégica na medida em que se reconhecem duas grandes exclusões que ameaçam profundamente a sobrevivência dos modos tradicionais de vida das comunidades começando pela impossibilidade de acesso a educação vivenciada por muitas comunidades da reserva que não

tem acesso nem mesmo ao ensino fundamental completo (1º ao 9º ano) seja por falta de transporte, professores ou na maioria das vezes não tem uma estrutura física de qualidade para atender os alunos. A outra forma de exclusão e que em minha opinião mais grave é a negação dos saberes e valores tradicionais pelo modelo político pedagógico que a maioria das escolas adota dando espaço para uma educação que não contempla a realidade de nossas comunidades é por essas problemáticas que lutamos pela ampliação do acesso a educação escolar nos territórios tradicionais, mais além da ampliação lutamos por implantação de uma política de educação que considere e respeite as especificidades dos territórios e que se baseie em princípios pedagógicos que se diferencie dessa educação padronizada dos currículos escolares que nos oprimem a mais de quinhentos anos.

A educação diferenciada conforme previsto em lei busca também registrar os avanços já obtidos e mostrar os caminhos necessários para a efetivação e valorização da cultura tradicional e a defesa do território. De acordo com a lei 9.394/96, de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) aos diversos entes federativos, união, distrito federal, estados e municípios, sendo que cada um deles compete em organizar seu sistema de ensino cabendo ainda à união à coordenação da política nacional de educação articulando os diferentes níveis e sistemas exercendo função normativa, redistributiva e supletiva como consta nos artigos 8º e 9º desta lei.

**Art.8º** – A União, os estados, o distrito federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá a União à coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva, e supletiva em relação às demais instâncias educacionais;

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei.

**Art. 9º** A União incumbir-se-á de:

I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, distrito federal e os municípios;

II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos territórios;

III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário a escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos de modo a assegurar formação básica comum;

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no

trabalho e em estudos posteriores. (art. 22 da LDB). Além da lei de diretrizes e bases tem também a constituição federal de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos que nos garante o direito de uma educação diferenciada de qualidade de acordo com as peculiaridades de povos e comunidades tradicionais.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (art.205 CF 88)

Mediante aos fatos a linha de ação relacionada à educação e transmissão do conhecimento a partir da construção do calendário envolve ampliar a abordagem de conteúdos do sistema extrativista tradicional entre os jovens nas instituições de ensino formal. As ações prioritárias serão inserir conteúdos sobre as praticas extrativistas e bens associados na escola da comunidade com a participação de agricultores experientes formar pesquisadores locais Promover momentos de trocas de saberes entre gerações, Produzir materiais e conteúdos impressos e audiovisuais sobre o sistema extrativista a partir das experiências dos pesquisadores locais

## **12. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Para mim, a busca pelo conhecimento das mais diversas formas é essencial, pois me tira da zona de conforto e me desafia a procurar novos rumos, me faz crescer e ter um novo olhar sobre detalhes e acontecimentos ao meu redor, detalhes este que muitas vezes passam despercebidos. Quando falo em acontecimentos, poderia citar inúmeros decorrentes do dia a dia, mais aqui, para exemplificar vou me limitar principalmente a dispositivos legais que me respaldam como pertencente à comunidade tradicional, como o decreto 6.040 de fevereiro de 2007 que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável para povos e comunidades tradicionais que assim nos define.

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Como sabemos existe mitos outros meios legais que dispõe sobre o acesso a educação diferenciada, o direito de ir e vir e todos os direitos garantidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na constituição federal de 1988. Em posse

destes conhecimentos posso juntamente com meu grupo de pertença reivindicar direitos que centenariamente são negados, ser protagonista nas tomadas de decisões, ser resistência.

Com isso quero dizer que ao concluir este trabalho, é possível perceber o mundo e principalmente minha comunidade de pertença por uma nova visão. Deixando de ser passivo nas tomadas de decisões, principalmente no que se referem às políticas públicas, programas e projetos governamentais que são elaborados nos moldes capitalistas, desenvolvimentistas e muitas vezes etnocidas. E o melhor de tudo é pode ser ponte e somar minha voz com as dezenas de vozes da minha comunidade de pertença e dizer nós existimos, somos visíveis, temos autonomia e com isso podemos desenvolver nossa comunidade a partir de união e esforço coletivo.

É importante salientar que neste atual momento de turbulência em que se encontra nosso país, a população mais afetada será os povos e comunidades tradicionais como um todo e por isso temos que estar mais unidos do que nunca e pensar em alternativas que possam fortalecer cada vez mais o nosso território, penso que este projeto de intervenção servira de base para que juntos possamos pensar em novos métodos para cuidar das famílias e de nosso território.

## REFERENCIAS

SILVA, L. H. **Educação do campo e pedagogia da alternância**: a experiência brasileira. In: Revista de Ciências da Educação, n. 5, p. 105-112, 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa, SP: Paz e Terra, 1997.

ARROYO, M. **As relações sociais na escola e a formação do trabalhador**. In: FERRETTI, C.; SILVA JR., OLIVEIRA, M. R. N. S. (orgs.). Trabalho, Formação e Currículo: Para onde vai a Escola? São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

ARROYO, Miguel G.; Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n°. 5. .

ARROYO, Miguel G. & Bernardo Mançano Fernandes. **A educação básica e o movimento social do campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n°. 2.

Educação direito de todos dever do estado, constituição federal de 1988 artigo 205.

Lei 9.394/96 da LDB (leis de diretrizes e bases) artigos 8, 9 e 22.

VERDUN Ricardo. - **Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas** 2002

Gilberto Azanha – 1990 Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento, possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil.

FREITAS, Eduardo de. "Atividade extrativista"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/atividade-extrativista.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

SILVA, J. M. C. DA. Controle social das políticas públicas no Brasil: caminho para uma efetiva democracia. Fortaleza/Ceará: Universidade de Fortaleza, 2010.

GOHN, M. DA G. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. *Caderno MetrÓpole*, v. 07, p. 9–31, 2002.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v42, n. 3, p. 551–579, jun. 2008.

SANTOS, M. C. M. **Segundo tempo comunidade**. Altamira: Universidade Federal do Pará. Faculdade de Etnodiversidade. Curso de Etnodesenvolvimento. 2016.

IBGE. IBGE Cidades. Panorama do município. Disponível em: <HTTPS://cidades.ibge.gov.br/brasil/pá/Breves/panorama>. Acessado em: 09 março de 2018.

Decreto 6.040 de sete de fevereiro de 2007 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

GRUPO EXECUTIVO DO ESTADO DO PARÁ. Casa Civil da Presidência da República. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó**. 2007. Disponível em: [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=24915). Acessado em: 17 de novembro de 2018.